

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.577 - SP (2019/0352142-6)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : LUIZ FELIPE DEFFUNE DE OLIVEIRA
ADVOGADO : LUIZ FELIPE DEFFUNE DE OLIVEIRA - SP232099
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : KAREN FRANCINE ALVES DA SILVA CÂNDIDO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de KAREN FRANCINE ALVES DA SILVA CÂNDIDO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 0256117-32.2019.8.26.0000).

Segundo consta dos autos, a prisão preventiva da paciente foi decretada no dia 10/9/2019 em razão da suposta participação em um crime de homicídio ocorrido no dia 20/2/2018, em que a vítima foi atingida violentamente com um bastão de madeira. Segue a dinâmica fática do crime (e-STJ fl. 106):

Marcelo teria atraído a vítima Eduardo (seu irmão) para fora da residência a fim de que Yago (filho do Paciente) a atropelasse, e Karen desferiu golpes com um pedaço de madeira na cabeça da vítima quando ela já se encontrava caída no chão, além de ter impedido o filho da vítima de prestar socorro ao pai, perseguindo-o com um porrete. Marcelo e o corréu estariam ameaçando familiares. Consta que o corréu Yago, filho do Paciente Marcelo, é acusado da prática de outro homicídio (contra seu tio Osvaldo, irmão do Paciente), ocorrido no ano de 2015, e em razão disso estariam também ameaçando familiares para deporem a favor de Yago (ameaças de morte, lesão corporal e dano, fatos objeto de vários boletins de ocorrência). E o crime apurado nos presentes autos decorreria dessas desavenças.

Na ação originária, a defesa alegou que a paciente é mãe de crianças menores de 12 anos, razão pela qual faz jus ao benefício da prisão domiciliar. O Tribunal estadual, contudo, denegou a ordem (e-STJ fls. 105/108).

Nas razões da presente ação, a defesa reafirma que a paciente teria direito à prisão domiciliar, visto que "possui uma filha de onze anos, e mais dois

Superior Tribunal de Justiça

outros filhos, uma de treze anos e outro de 17 anos, todos menores de idade, sendo que as duas meninas são filhas de Marcelo da Silva Cândido, corréu no mesmo processo e preso preventivamente junto ao Centro de Detenção Provisória de Bauru/SP" (e-STJ fl. 6).

Argumenta que não se pode "deixar preventivamente presa uma mãe, com três filhos, tão só pelo fato do que o '*Parquet*' lhe acusa, ferindo de morte desta maneira o princípio constitucional da presunção de inocência" (e-STJ fl. 7), ressaltando que o pai dos menores também está preso.

Entende, assim, que a paciente faz jus pelo menos ao benefício no art. 318, V, do Código de Processo.

Diante disso, pede, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou a substituição por medidas cautelares ou o deferimento da prisão domiciliar.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No particular, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, ao que parece, a prisão preventiva foi decretada em razão da periculosidade da paciente, evidenciada pela gravidade concreta da ação criminosa (e-STJ fl. 22):

2) No que tange à acusada KAREN FRANCINE ALVES DA SILVA, conforme mencionado no relatório de investigações do presente inquérito policial: "A investigada Karen, identificada coma a segunda ocupante do veículo GM/Astra, e aquela que utilizava uma blusa na cor escura, no momento em que desce do veículo, carrega consigo um pedaço de madeira. Posteriormente, a mesma utiliza esse utensílio para perseguir o

Superior Tribunal de Justiça

filho da vítima, quando este vinha em socorro ao seu progenitor, tão como, para agredir a vítima após o atropelamento, segundo os informes colhidos, na região da cabeça." (fls. 44).

Na sequência: "A investigada Karen foi responsável, após o atropelamento, por desferir vários golpes contra a cabeça da vítima, utilizando um pedaço de madeira, quando esta já se encontrava caída ao solo e indefesa, e mesmo após as agressões efetuadas pelo investigado Yago. O pedaço de madeira já estava em seu poder quando desceu do carro, fato que ela mesma admitiu. Também impediu que o filho da vítima prestasse auxílio, perseguindo-o com o pedaço de madeira". (fls. 45)

Com efeito, "[a]dmite-se a prisão preventiva quando as circunstâncias concretas do crime revelarem risco à ordem pública." (HC n. 118.844, Relator Ministro ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 19/11/2013, publicado em 19/12/2013)

Quanto ao mais, cumpre destacar que, **nos termos do inciso I do art. 318-A, é vedado o deferimento da prisão domiciliar às mães de crianças menores de 12 anos acusadas de praticarem crime com violência ou grave ameaça**, como ocorre no caso em exame.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos e do fornecimento de mais informações pela origem e pelo Juiz de primeiro grau, acerca do estado de saúde do recorrente, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do recurso ordinário em *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

